

REMINISCÊNCIAS DO DISTRITO DE CAMPINAS EM BAIRRO, FREGUESIA E VILA

Ricardo Gumbleton DAUNT

Apesar do **Almanaque de Campinas** no primeiro tomo conter uma interessante notícia da criação da freguesia, extraída do Livro do Tombo da Matriz da Senhora da Conceição, restam alguns fragmentos de tradição acerca desses tempos que ali não foram incorporados e que, apesar da sua trivialidade, não deixam de possuir interesse para os curiosos.

Nos primitivos tempos, os jundiaianos que exploraram este lado de seu território, deram ao distrito que medeia entre o Bairro da Rocinha e o rio de Atibaia, o nome de bairro do Mato Grosso, em razão da frondosa floresta secular que o cobria e que se estendia além até os campos que mereceram ao atual Mogi-Mirim o nome de Mogi-dos-Campos, cuja área descoberta decerto facultou ali a formação da povoação com antecedência a tal sucesso em Campinas, sendo o primeiro estímulo em ambos os casos o fato de serem pousos para os viajantes de Goiás e Cuiabá, permitindo Mogi melhores acomodações para o descanso ou mesmo internada das tropas.

Nessa época, a jurisdição da estola de Jundiá estendia-se até o rio Atibaia; e tal era a tortuosidade do caminho, que se reputava estar a barranca deste rio distante 14 léguas da Matriz, e apesar desta distância, conduziam-se a Jundiá os corpos de quem por cá morria; notando-se que era isto mui repugnante tarefa em relação aos falecidos de picadas de cobras, que então abundavam, por serem tais cadáveres de mui pronta decomposição ou putrefação.

Além de jundiaianos que se aventuravam até este bairro, entravam, para nele se fazerem de perdidos e esquecidos, os fugitivos do recrutamento, e aqueles que tinham questões a deslindar com a justiça e a quem faltavam padrinhos. Como fugidos do recrutamento, pode-se apontar o avô de uma família Lima, que mora na beira da antiga estrada

de Belém, hoje Itatiba, - que correu do largo do Palácio, em São Paulo; e o avô da família Ortiz, moradora na Rocinha.

Ávidos de recursos espirituais, e desejando aproveitar do não infrequente trânsito de sacerdotes que procuravam as minas de Goiás, estes primitivos moradores tentaram e realizaram a edificação de uma pequenina capela feita de barrotes e paus roliços e coberta de sapé; estando à testa do serviço F. Pedroso, vindo da Parnaíba, onde cometera um homicídio, e neste serviço trabalhou, puxando barrotes nos ombros, Luís Antônio Carvalho Banhos.

Este Carvalho era moço e filho de um lavrador que morava nos extremos limites do atual município de Indaiatuba, encostado ao então território jundiaiano. Sendo designado para o serviço militar no memorável recrutamento a que se procedia em Itu, ele refugiou-se no bairro de Mato Grosso, que já se começava a chamar - as Campinas - por motivo que oportunamente darei, e ali foi protegido pelo referido Pedroso.

Passado tempo, e apertando-lhe as saudades do pai, assentou ele numa noite de procurar a casa paterna. Infelizmente, choveu; e no outro dia capitães-de-mato que vigiavam o sítio do velho Luís de Carvalho Banhos, deram com o rastro de pegadas de pé de homem vindo do lado do mato; conheceram que o filho viera, cercaram a casa e levaram o moço a Itu donde, seguindo para o sul, regressou depois de longos anos de militância.

A então estrada de Jundiá às minas de Goiás passava por onde era depois o sítio da Samambaia e chácara de D. Maria Fausta; e alcançando o lugar depois conhecido por Campinas Velhas, tomava pelo caminho que corre em frente da chácara hoje do dr. Sampaio Peixoto, até cair na atual estrada do Taquaral ou de Mogi-mirim.

No lugar Campinas Velhas formaram uma clareira onde se fizeram os primeiros ranchos e onde descansavam os viandantes.

Nessa época, o único lugar onde se encontrava verdura para alimentação de animais de carga e de montaria era no sítio hoje ocupado pela cadeia e a Matriz Velha, ou de Santa Cruz, à qual por isto chamaram de Campina.

Aqui traziam as tropas à tarde e recolhiam-nas pela madrugada para seguir viagem. O acesso, porém, muito difícil, pois que, excetuando este ponto, e os sítios mais elevados das Campinas Velhas e a fronteira do terreno da Estação, o terreno sobre o qual se edificou ao depois as primeiras casas da atual povoação em um brejo ou tremedal que até hoje forma o subsolo de grande parte da cidade, em prejuízo de sua salubridade.

Existia, porém, uma estreita vereda que vinha ladeando os terrenos do antigo Cambuizal e Misericórdia, e desembocava em algum ponto próximo à atual cadeia, e por ali se alcançava o lugar da pastagem de onde a nascente povoação recebeu o nome de Campinas.

O primeiro sítio de cuja posse foi lavrador de alguma importância, do qual tenho notícia, é uma parte do antigo bairro das Anhumas, que abrangia a fazenda que ao depois foi do sargento-mór Antônio Ferraz de Campos, sogro do sargento-mór José da Rocha Camargo, que já em 1737 era cultivado por José de Sousa Antunes, ascendente de todos os campineiros do apelido Sousa; cujo sítio se descreve como situado à beira do caminho que vai da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá às minas de Goiás, pois, então, nem sombra de povoação mais vizinha havia.

Este José de Sousa foi sobrinho carnal de um Gabriel de Sousa, que jazeu sete anos em prisão no Paraguai, e depois pôde voltar a Itu, sua terra, tendo sido preso quando fora em uma expedição de caça de índios em território das missões do Paraguai (ou além como se pretendeu) do qual foi chefe Manuel de Campos Penteado, de quem se relata que fora o homem mais obeso até então conhecido na capitania, e que era parente deste Sousa.

Ficando generalizado o conhecimento da produtividade das terras de Campinas, começou o aumento de imigração de lavradores, e entre estes, veio de Taubaté, cidade então mui florescente, Francisco Barreto Leme, casado, com família, que sitiou-se no lugar denominado Taquaral.

Crescia proporcionalmente o sentimento da necessidade da organização da povoação e do distrito de que era centro, que já contava mais de 400 fogos, e de dotá-la com a regular administração dos sacramentos que pela distância de Jundiá, estavam praticamente fora do alcance destes povos.

Começou-se então a solicitar dos poderes competentes o alvará de criação de pia batismal e criação de freguesia. Nesta questão, papel importante necessariamente coube ao pároco de Jundiá, cujo domínio se pretendia retalhar; e, opondo-se ele ao projeto com verdadeiro assanhamento, conseguiu atrapalhar por algum tempo a realização da vontade popular.

Em uma das informações por este pároco prestadas ao ordinário, diz ele de que todos os signatários do primitivo requerimento, só o primeiro deles possuía bens de valor, e que este negava haver assinado; sendo as mais pessoas miseráveis, sem recursos no presente para sustentar um pároco, e sem esperança de um futuro mais favorável.

Nunca pude saber quem era este único abastado, pois o requerimento não se encontrava mais no Livro do Tombo, quando pela

primeira vez o examinei, e por uma descrição que de certo documento me fez o finado José Teodoro da Costa Machado, estou certo que ficou em poder de pessoa da família Costa Machado, moradora em Santa Bárbara e lá perdeu-se irreparavelmente.

Desconfio, porém, que o reverendo pároco foi fácil naquilo que asseverou, pois não podia isto ser exato em relação a Barreto Leme, homem de teres, que até dotou a fábrika da nova paróquia com o patrimônio de um quarto de légua de terreno, que se começou a medir desde um córrego dito de Barbosa, do lado do bairro de Santa Cruz, seguindo na direção da saída para Jundiá e Itu; e não consta de outro morador de então igualmente potentado.

Tendo lido esta informação do pároco de Jundiá no Livro do Tombo da matriz de Campinas, com outros vários documentos atinentes ao mesmo assunto, os fiz copiar e fiz presente da cópia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; o que foi providência acertada porque dali a pouco, precisando de novo consultar este livro (que naquele tempo andava extraviado) achei-o com falta de várias folhas no principio, nas quais estavam compreendidas aquelas que fizera copiar.

Venceram-se alfim os obstáculos, e em setembro de 1774 foi a paróquia inaugurada, e a pia levantada, havendo missa cantada com benzimento da matriz provisória ereta no lugar onde hoje se acha a cadeia, visto que não fora possível de, com tempo, concluir o edificio que devia ficar definitivamente servindo.

Entre os sacerdotes que assistiram estavam frei Antônio de Pádua Teixeira, que tendo servido de guardião do convento franciscano de Itu, fora encarregado pelo bispo (o grande D. Frei Manuel da Ressurreição) com o cargo de vigário e criador da nova paróquia, e o padre Antônio Ribeiro do Prado Siqueira, vigário colado de Mogi-Mirim, sacerdote ilustrado, filho de Parnaíba, que já visitara a Europa, tendo ido depois de ordenado beijar a mão a seu tio e benfeitor, o grande paulista padre Ângelo Ribeiro do Prado Siqueira (autor de dois livros ascéticos e missionário apostólico), a quem veio encontrar na cidade de Tuy, na Galiza, cercado da veneração do bispo e do povo e com ele regressou ao Brasil.

O padre Prado depois renunciou à vigararia de Mogi e residiu por algum tempo em Campinas, sendo sem dúvida um elemento de civilização e moralidade para a nova povoação. Por último, retirou-se ao Salto de Itu como capelão e lá jaz enterrado.

Frei Antônio Teixeira era mineiro e logo vendo que terra de promessa era Campinas, escreveu à sua família, naquela capitania, convidando-a a vir. Aceitaram o convite seus pais e irmãos e estabeleceram-se, uns aqui, outros em Itu; vindo a falecer seus pais em Campinas, e são o tronco da família Teixeira: tendo vindo também os pais do finado notável campineiro Antônio Manuel Teixeira, de quem mais se dirá oportunamente.

Após algum tempo, frei Teixeira recolheu-se a Itu e foi sucedido como pároco pelo reverendo padre Bernardo José de Sampaio, de nobre família ituana, irmão do pai do sr. Barão de Indaiatuba, e da primeira mulher do capitão Francisco de Paula Camargo.

Depois, sucedeu pela segunda vez frei Antônio e depois deste ainda voltou o padre Bernardo, e estes tiveram vários sucessores, vigários encomendados, e até proximamente ao fim do século XVIII foi colado o padre Joaquim Gomes, de quem é impossível não fazer-se menção em qualquer notícia desta terra.

O vigário frei Antônio teve um irmão, padre José Teixeira, que foi logo nomeado vigário da vara e tomou a si a direção dos serviços necessários para a conclusão da atual matriz; no que, sendo auxiliado pelo povo em geral, o foi muito especialmente por José Francisco de Moraes, de quem existe um filho com oitenta e tantos anos de idade, o sr. capitão Manuel Joaquim de Moraes.

O padre vigário da vara (como era conhecido) chegou a conseguir a criação de uma torre na referida matriz, hoje de Santa Cruz, mas como a caipora por muito tempo acompanhou empreendimentos desta ordem em Campinas, a torre veio abaixo numa tarde, em tempo de chuva, e não se tratou mais de elevar outra.

Encontrei velhos que referiram com admiração a paciência do padre à vista da destruição do ornato da igreja, em cuja construção ele tanto se empenhara.

Foi prosperando o distrito cada vez mais e já entravam a adquirir sítios membros de famílias importantes de distritos mais velhos, cujo clima ou terreno era inferior.

Assim veio da Cotia o capitão José de Camargo Paes, que havia servido de ouvidor pela lei em São Paulo no processo do músico Caetano, dramatizado pelo dr. Paulo do Vale, com seus filhos (entre os quais o capitão-mór Floriano) e mais parentes: o padre Joaquim Duarte, o capitão Francisco de Paula Camargo, estes últimos de Itu; de Parnaíba, já esterilizados com o longo plantio do algodão, e, ao depois, capitão-mór João Francisco de

Andrade, o pai do sr. José Fernandes de Oliveira e seu primo Cláudio Fernandes de Abreu e outros muitos.

Do lado de São Paulo, entre outros, o capitão Raposo, João Monteiro, alferes Antônio José de Matos, etc., etc.

De Santo Amaro, os pais do sr. Reginaldo de Moraes e outros muitos; e assim de Itu muitos; de São João de Atibaia; de Minas Gerais muitos, e sobretudo artistas hábeis.

Entre os paulistas que se estabeleceram em Campinas em fins do século XVIII destaca-se o vulto notável de Pedro Gonçalves Meira, ituano, que tendo-se ilustrado por viagens ao sertão e residência em Mato Grosso (então mais adiantado do que São Paulo) foi atraído à nascente povoação como oferecendo campo à sua atividade empreendedora.

Foi ele quem construiu o primeiro sobrado, aquele que faz esquina no pátio do Rosário e rua Direita; e então, desejando beneficiar a sua imediata vizinhança, encetou a edificação de uma igreja no lugar onde existe hoje o vasto sobrado que foi edificado pelo finado José Francisco de Paula.

Este passo ofendeu o então pároco que alegou a incompatibilidade do terreno para tal edifício por estar ainda lodoso e infiltrado d'água, vestígio do antigo brejo. Brigou-se muito, e apesar de ser Meira sogro do prestante cidadão Inácio Caetano Leme, de quem é filha a veneranda esposa do sr. Domingos Teixeira Nogueira, foi pela autoridade vedada a projetada edificação.

Meira teve a sorte de todos que inoportunamente sobressaem às mediocridades que dominam moralmente as sociedades. Desgostos e contrariedades lhe foram proporcionados; e com grande prejuízo do progresso de Campinas, ele se recolheu ao seu sítio em Indaiatuba, e depois a Itu onde faleceu. Convém consignar o fato que ele em Indaiatuba (então bairro de Itu) ocupou carro de passeio puxado a quatro burros, sendo este o primeiro carro de condução de pessoas de que tenho notícia de Jundiá para o interior.

Foi ele irmão de Joaquim Gonçalves Bicudo, que lhe sobreviveu longos anos e residia em Indaiatuba, e era notável como tendo feito com cilindros de madeira a primeiro engenho horizontal para cana, que houve na província, como versadíssimo na língua indígena e mui conhecedor das virtudes das plantas medicinais do país. Foi ele também um dos últimos paulistas que foram buscar índios no mato, apesar da severíssima proibição que havia.

As taipas da projetada igreja se conservaram de pé por muitos anos, e o cercado que formaram foi o primeiro cemitério de Campinas, onde foram enterrados escravos e pessoas humildes. Os primeiros enterramentos foram feitos, primeiro na matriz provisória e no pátio em frente; segundo, na matriz permanente e em extensão grande do pátio. O último corpo sepultado na Matriz, o foi em 1846.

No último decênio do século de que se trata, a população do distrito e mesmo da sede da freguesia era grande; e como as casas na sua quase totalidade (havia todavia exceções) eram de frentes estreitas, uma porta e uma janela, ou quando muito, duas; na mesma extensão de rua cabia um número de casas sem comparação maior do que é o caso agora.

Eram poucas de taipa, e a maior parte de barrotes, e muitas eram cobertas de sapé. Na construção, só por exceção, era o ferro empregado. Os pregos eram de guarantã; as fechaduras, de madeira.

Nesse tempo, o jornal de um oficial carpinteiro era de 60 a 80 réis. Os brasileiros, e os homens do interior especialmente, tinham então maravilhosa habilidade para suprir de recursos próprios quaisquer necessidades.

Todos os sentidos estavam aperfeiçoados pela obrigação imposta de prover a si mesmo com todo o necessário. Operações cirúrgicas, e sobretudo amputações, que o serviço da moagem da cana em engenhos verticais tornava de mui freqüente necessidade, eram feitas com felicidade por vários curiosos, e especialmente pelo guarda-mór Teixeira, pai do finado Antônio Manuel Teixeira.

Os engenhos de cana eram em grande número. Já homens de posição em São Paulo tinham ou comprado terras, ou tirado sesmaria, e as cultivavam por sócios ou administradores; e a importância do distrito forçou ao governo de conceder sua elevação aos foros de vila, o que teve lugar em 1798; apenas 26 anos depois que após extrema luta pôde o distrito obter ser paróquia, e quando realmente sua lavoura era tão limitada que os direitos chamados de Estanque foram arrematados em Jundiá por 12\$300 na primeira arrematação em 1775, em cuja ocasião serviu de fiador do arrematante Domingos da Costa Machado, português, que em segundas núpcias havia casado com D. Maria Barbosa, filha do fundador da povoação, Francisco Barreto Leme.

Este Domingos foi pai da primeira criança batizada na pia da nova freguesia, o major Domingos da Costa Machado, de quem a viúva ainda

vive, irmão paterno do major Domingos, foi José Francisco de Moraes, de quem já se falou.

Não é sem interesse notar que a morada urbana de Francisco Barreto Leme foi a casa hoje nº 3 da rua do mesmo nome, entre as casas do major Azevedo e D. Ana de Campos Pais.

Como em Campinas nunca houve índios administrados, a língua usada exclusivamente a portuguesa, o que não sucedia nos distritos de mais antiga ocupação, como Porto Feliz (Araritaguaba), onde de portas a dentro não se falava senão guarani. Profundo conhecedor desta língua foi um genro de Barreto Leme, Sebastião de Sousa Pais, que morreu com cem anos, em memória de alguns que ainda vivem.

O primeiro Domingos da Costa também viveu mais de cem anos, continuando a existir depois de haver atingido tal decrepitude que era carregado em braços.

É muito de lastimar que pela ignorância que então havia quanto às qualidades de terrenos, e pela preferência que se dava às terras roxas, embora baixas, muitos dos primeiros povoadores de Campinas ficaram tão mal arranchados que suas famílias caíram em relativa pobreza e obscuridade.

Nesses primeiros tempos, o tronco estava colocado no pátio da matriz.

Já o distrito atraía a atenção de um advogado mineiro, formado em Coimbra, Dr. José Barbosa dos Santos, que morava em casebre no pátio da matriz; teve terras de cuja propriedade a família foi esbulhada depois de sua morte; e além do que a respeito mais adiante terei de contar dele. Ele mal escapou ser pronunciado pela morte de um ituano (Fabiano Machado) morador em chácara no caminho que vai para as Cabras, pois na véspera da pronúncia e expedição do mandato de prisão, descobriu-se que o homem fora morto pelos próprios escravos. Eu vi uma neta deste doutor a mendigar vintens pelas ruas de Campinas. Má estrela teve, pois, aqui a advocacia.

Nesse tempo abundavam todos os animais de caça, e igualmente as onças, tendo-me contado uma senhora octogenária, que alcancei, filha de João Monteiro, que nos primeiros tempos de abertura de sítio nas margens do Atibaia, na distância de duas léguas e meia da povoação, ouvia-se todas as noites o miar de onças.

Quando este Monteiro escolheu o terreno (que obteve por sesmaria) ele, por falta absoluta de caminho, embarcou em canoa no Atibaia no caminho das Cabras e assim foi explorando o terreno margeando o rio.

Duas espécies de pássaros, então abundantes, desapareceram do distrito: a anhuma, que deixou recordação no nome do bairro do melhor terreno, e a tapeúna, que era utilíssima como devoradora de insetos e pequenos reptis.

Como prova de que Campinas já tinha elementos para gozar do privilégio de foro, referirei que o capitão Francisco de Paula Camargo serviu em Jundiá no cargo de juiz de órfãos, e recorda-se que tão ativo era que partia de madrugada de sua fazenda, na Ponte Alta, umas três e meia léguas além de Campinas, ao lado de Mogi-Mirim, dava audiência em Jundiá e vinha cear em casa.

Passarei agora a dar notícias tradicionais que se me tem referido em relação ao período que começa com a inauguração da vila de São Carlos, em 1798. Tendo crescido assim rapidamente em importância a freguesia de Campinas, já contando mais de 60 homens bons, aptos para os cargos públicos ou republicanos como então eram chamados para os distinguir da massa; os seus habitantes, afinal, em data de 16 de novembro de 1797, foram atendidos pelo capitão-general, o malfadado Pilatos (Antônio Manuel de Castro Melo e Mendonça), apenas excedido nos anais paulistas, no rigor do seu desapiedado despotismo pelo presidente Tavares Bastos, que então baixou uma provisão ordenando a erecção da freguesia em vila; porém, em honra de um príncipe recém-nascido e que pouco viveu, mudou o nome para São Carlos, que o município conservou até 1842, quando tornando-se a vila em cidade, se deu a esta o nome primitivo da povoação.

A provisão recebeu execução a 12 do mês de dezembro, assistindo as autoridades de Jundiá, e neste dia teve lugar a eleição dos oficiais da Câmara que deveriam entrar em exercício no dia 1º de janeiro de 1798, e foi designado o lugar do pelourinho e da cadeia.

O lugar de primeiro juiz ordinário do novo conselho coube, e merecidamente, ao nobre capitão José de Camargo Pais (pai do capitão-mor Floriano) que já em São Paulo havia ocupado cargos da república (linguagem de então), e como ouvidor pela lei, havia assistido ao processo do músico Caetano, cujo infortúnio foi dramatizado pelo Dr. Paulo do Vale.

Não tardou que o júbilo dos novos vilanos fosse nublado e teve lugar um sucesso que agourou a procelosa vida que por longo tempo devia perturbar a esperada felicidade municipal.

Tratava-se de preencher o importante posto de capitão-mór. Na escolha intervinha o elemento popular, fato que estranharão muitos incuriosos sábios de hoje. O conselho mandava ao capitão-general uma lista triplíce, da

qual este tirava o nome que merecia preferência. Se alguma vez o executivo procurava e obtinha falsificar a expressão da vontade popular na organização da lista, não foi senão a antecipação de semelhante marcha em tempos de parlamentarismo constitucional.

Foi o que tentou o capitão-general, quanto à formação da primeira lista para o lugar de capitão-mór de São Carlos, e a que com um civismo (hoje difícil de encontrar) resistiu com denodada valentia o senado da Câmara.

Entre os então moradores do novo município, contava-se o sargento-mór Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, oriundo de uma nobre família dos Algarves, e pertencente a vários troncos de apurada nobreza da capitania. Este distinto paulista era homem de grande cultivo literário, e convivera desde moço com os capitães-generais e com a melhor sociedade da capital. Residia em Jundiá (antes de sua mudança para São Carlos), onde possuía um sobrado (que depois veio a pertencer ao sr. José Pereira de Queiroz), em cujo quintal cresceu o primeiro pé de cafezeiro, conhecido a este lado de São Paulo, presente a ele do capitão-general.

Sobre o sargento-mór Raimundo queria pois o capitão-general que recaísse a eleição do conselho a fim de que o pudesse escolher. Com tal desejo, porém, não se importaram os distintos cidadãos que compareceram à Câmara. Já a família Teixeira Nogueira (irmãos do primeiro vigário frei Antônio), mineiros, e ocupando elevada posição social, e já casados em São Paulo, fez valer a sua popularidade, e apresentou como candidato o muito inteligente e empreendedor capitão Felipe Neri Teixeira, cujo nome com aqueles de outros dois cidadãos de menos aptidão, e com a exclusão do nome do sargento-mór Raimundo, formou a lista tríplice enviada ao governo.

O capitão-general anulou a proposta e ordenou que fosse reformada. Isto fez a Câmara, incluindo sempre o nome do capitão Felipe, excluindo aquele do amigo de s. excia.

Continuou por algum tempo este jogo de troca de anulações e de novas propostas entre o irado capitão-general e os heróicos representantes do povo de São Paulo, até que s. excia. pôs termo ao conflito, mandando presos para a barra de Santos os cidadãos que na ocasião ocupavam os cargos do conselho, a quem ele agregou, como maior criminoso, o presumido acessor da Câmara, o dr. José Barbosa da Cunha (fundador do foro de Campinas) e aceitando de seus sucessores uma lista em que não vinha nem um nem outro dos nomes que coligiram, e desta ele tirou, para capitão-mór, capitão que foi de ordenanças em Parnaíba, João Francisco de Andrade; e nomeou para

sargento-mór o cunhado deste (alferes na Cotia) e ao depois capitão-mór Floriano de Camargo Penteado.

A prisão dos membros da vereança foi de alguns meses, porém aquela do sempre encaiporado acessor foi de dois anos e meio.

Deste advogado eu vi uma neta pedir esmolas de vintens pelas ruas de Campinas!

Serenada esta tempestade, e sob o governo mais brando do general Horta, o município continuou a prosperar e gozou de regular sossego até o começo da luta que resultou na separação do então reino do Brasil daquele de Portugal.

Poucos são os fatos a rememorar deste intervalo.

Nessa época era numerosa a população do município, devido isto ao número de agregados que os proprietários toleravam em seus terrenos, e cujos descendentes quase todos se foram emigrando para o sertão, depois que a cultura do café abriu os olhos dos proprietários ao valor real de suas terras.

Durante anos deste período existiu um relógio de sol no pátio da igreja matriz, fato que abona muito a civilidade dos costumes dos menores, pois posteriormente nem por oito dias seria por estes respeitado um objeto desta ordem.

Pessoa fidedigna contou-me que nessa época trouxeram em rede o corpo de um caipira para ser recomendado na igreja e depois sepultado. Descansaram o corpo à porta da igreja até vir o sacristão e o padre, quando o suposto morto voltou do letargo em que estava, e horrorizado com seu estado de sepultando correu pelo pátio afora, amortalhado, como viera da raça.

Em 1812, foi o tenente-coronel Joaquim de Camargo Aranha nomeado pela Câmara administrador das obras da nova matriz, por falecimento do capitão Felipe Neri Teixeira, o primeiro diretor.

Não faltavam nesse tempo os meios de instrução primária e secundária em São Carlos. Os sacerdotes eram numerosos e vários deles se dedicavam ao ensino. Entre estes, primava o padre Diogo Antônio Feijó, que para cá viera de Parnaíba, e em sua chácara ensinava as humanidades e a filosofia.

A medicina e a cirurgia eram exercidas por Experientes, dos quais o primeiro lembrado era de Minas, como foram alguns dos seus sucessores e por ex-ajudantes de cirurgia do exército, e licenciados do proto-medicado; algumas destas duas últimas classes como o insigne cirurgião

paulista Francisco Álvares Machado, e o não menos insigne médico mineiro Cândido Gonçalves Gomide, se havendo instruído na escola anatômico-cirúrgica, então existente em São Paulo, dirigida pelo delegado do físico-mór do reino e pelos cirurgiões-móres do exército.

Tendo tocado neste assunto, seria o cúmulo da injustiça deixar de mencionar o nome do respeitável clínico Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, cujos vastos conhecimentos científicos e literários, e cujos arrojados sentimentos políticos tornaram-no uma das notabilidades brasileiras. Filho de Santos, de lá veio em março com seus pais, que possuíram em Campinas um engenho de cana, sendo seu pai notável pintor, cujas obras se vêem na matriz de Itu, e dificilmente seriam igualladas hoje. Pai e filho morreram em Campinas. A irmã do cirurgião Patrício empregava-se no ensino de meninas e mereceu a confiança de muitos chefes de família.

Circunstâncias especiais de seu nascimento e a perda de seu único filho varão tornaram Patrício misantropo e monomaníaco. Em represália a um atentado imputado a ele, foi afinal assassinado em seu cafezal, encerrando assim uma existência tornada infeliz por nímia cultura intelectual e habilitação a uma posição social superior àquela que os preconceitos da época lhe permitiam gozar.

O primeiro doutor em medicina que habitou Campinas, estabeleceu-se aqui no período a que se refere nossa crônica, e foi este o Dr. Melo Franco, homem formado em Gottingen, casado com uma senhora hanoveriana, nobre, de cujo consórcio teve vários filhos. Era este médico filho de outro do mesmo nome, que foi médico do paço e autor de um livro sobre higiene.

Os primeiros artistas - carapinas, ourives, seleiros, etc. - eram quase todos mineiros, ou ituanos. O ofício de pedreiro se limitava ao serviço de reboco, não se empregando pedra ou tijolo nas construções, e existindo mui poucas braças de ruas calçadas.

Importante melhoramento na indústria açucareira foi a introdução do maquinismo horizontal para a moagem de cana por cilindros de ferro. O primeiro engenho deitado que trabalhou em Campinas foi da fazenda do prestimoso lavrador Joaquim José dos Santos Camargo, que mandou vir da Bahia o mestre, não havendo em São Paulo quem fizesse a obra.

Em Indaiatuba já tinha havido um destes engenhos em ponto pequeno, feito por Joaquim Gonçalves Bicudo, quase o último dos paulistas dos tempos heróicos; porém, os cilindros eram de pau, e por ele mesmo confeccionados. Este Bicudo foi irmão de Pedro Gonçalves Meira. Tinha

sido bandeirante; era versadíssimo no conhecimento das virtudes medicinais das plantas indígenas e perfeito mestre da língua guarani.

Os senhores de engenho nesse tempo tiveram em grande desprezo a cultura do cafeeiro, que reputaram ser um ramo apenas de quitanda, não obstante a boa aceitação que em pontos da província do Rio de Janeiro esta nova lavoura tinha adquirido.

Em Campinas, os primeiros pés foram plantados pelo tenente-coronel Antônio Francisco de Andrade, mas o plantio do arbusto tomou mais sérias proporções às mãos do falecido pai do sr. Barão de Três Rios, Francisco Egídio de Souza Aranha, a instâncias de seu sogro e tio, coronel Joaquim de Camargo Aranha.

O desfavor com que certos lavradores, então muito importantes, receberam esta cultura, influiu desastrosamente sobre a fortuna e condição social de seus descendentes, assim como fez a falta de conhecimento da qualidade das terras em relação às famílias de muitos dos primeiros povoadores.

Para o fim deste período, tratamos da época incluída no reinado de D. João VI. Fez-se a atual cadeia e paço da Câmara, cuja primitiva construção importou em 1:400\$000 sendo o encarregado o então procurador da Câmara, Bento de Abreu, precedendo à construção grande conflito quanto à escolha do lugar; um partido querendo edificá-la em terreno do conselho na rua hoje do General Osório, fazendo esquina no largo do Rosário, de cuja pretensão tiveram de retroceder.

Nos primeiros anos desse período, depois da vinda da rainha e família real ao Brasil, teve lugar a edificação de uma série de ranchos de taipa para pouso dos viandantes, desde São Paulo até Goiás. Coube um destes a Campinas, sendo situado no largo de Santa Cruz, e só mui recentemente foi demolido.

Foi uma instituição humanitária e satisfazia necessidades da viação da época. Pelo governo, foram cedidos alguns paramentos e alfaias que haviam pertencido à Companhia de Jesus e ainda existem várias peças na sacristia da matriz, da atual paróquia da Conceição.

Durante a regência de D. João foi que vieram a São Carlos onde se aboletou um na fazenda de cada um dos principais lavradores, os casais de ilhéus que o governo da rainha mandou vir dos Açores para ensinar processos aratórios e aperfeiçoamentos de lavoura aos proprietários paulistas!

O único resultado prático que me consta desse tentamen civilizador, foi que os ditos casais logo que ficaram senhores de bons quinhões de terras à custa dos patronos.

O governo recomendava as doações, e os proprietários, quer para se verem livres dos incômodos hóspedes preceptores, quer levados pelo espirito de dócil submissão à vontade de tudo quanto é governo, foram cedendo cortes de sítios a gosto e a contento destes ilhéus. Uma qualidade teve esta gente, e foi a de custar a morrer. Salvo raras exceções, todos ficaram nonagenários, vários eu conheci que completaram cem anos; e um, Bernardo dos Santos Carnaxildes, viveu 114 anos.

Chegamos agora à época da retirada do rei para Lisboa; iniciava-se aqui uma época tormentosa na vida pública campineira, que perdurou por largos anos.

Com a efervescência do período da chamada independência, acharam-se em frente um do outro em São Carlos, o partido Corcunda que queria a desligação dos dois reinos, mas não queria a comédia do constitucionalismo; o partido exaltado e que queria ser patriota por excelência, que aderiu à causa das cortes revolucionárias e ultra-liberais de Lisboa; e o partido moderado, ao qual pertenciam Feijó, os prestantes cidadãos Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme (filho do paulista do mesmo nome de que já se tratou), major Miguel Ribeiro de Camargo, capitão Francisco de Paula Camargo, etc. Membro notável do primeiro foi o tenente-coronel Pedro Taques de Almeida, homem instruído, neto do grande cronista Pedro Taques, mas muito engenhoso e excêntrico.

Este cidadão teve durante alguns anos vida muito amargurada, sofrendo mil pirraças e contrariedades, acontecendo-lhe ser num domingo à tarde arrastado sobre o chão por soldados desde a sua morada, na rua Lusitana, até a cadeia, por ordem da autoridade, que era o exaltado cirurgião-mór Tomaz Gonçalves Gomide.

Existe também um assento no livro mais antigo da guarda nacional de São Carlos em que a ocasião do primeiro alistamento, foi declarado que o tenente-coronel Pedro Taques não era alistado como guarda nacional por ser indigno de fazer parte da sociedade brasileira!

Cito este revoltante escândalo para dar uma idéia do estado dos ânimos por muitos anos, a datar de 1820.

Todavia, não obstante tal exacerbação de espirito e a guerra que mui diretamente lhe foi aberta, o capitão-mór Andrade não sofreu violência alguma como à quase totalidade dos capitães-mores succedeu. Foi ele acusado

ao governo provisório; este ordenou uma sindicância confiada a pessoas amigas e ficou ele vitorioso confundindo os contrários. Teve ele um velho e constante amigo no governo, o grande paulista padre João Gonçalves Lima, vigário de Parnaíba, e padrinho do padre Feijó. Eis o que o salvou.

Durante todo o tempo decorrido entre a retirada do rei e o malogrado movimento de 1842, Campinas foi um dos principais centros de exaltação política. Aqui tinham ramificações as sociedades secretas que pululavam no Império, e muito especialmente aquela dos Invisíveis que tamanha parte teve em promover os sucessos que levaram o sr. D. Pedro I a abdicar.

Não é, pois, de admirar que o projeto do apelo às armas em 1842 achasse aqui muita aceitação entre os liberais, posto que o elemento saquarema e português era também bastante forte para garantir às autoridades o exercício de suas funções na povoação.

Ao governo coube a posse da vila, mas grandes forças se conservaram em várias fazendas de importantes lavradores à espera do sinal da reunião. Não poucos campineiros foram a Sorocaba incorporar-se à força principal destinada a conquistar a capital.

Resolvendo os chefes do movimento em Campinas medir suas forças com as do governo, foram reunindo seu povo no sítio conhecido pelo nome de Venda Grande, na estrada da Limeira, distante cerca de uma e meia légua de Campinas. Ali as tropas do governo prontamente as assaltaram, sem deixar-lhes o tempo preciso de se organizar, de modo que a vitória foi fácil e inglória. Grande atraso ao município foi a conseqüência imediata desta última e mal planejada manifestação da moralidade e das recordações da antiga quase independência paulista contra a centralização e a corrupção carioca democrática. Vários chefes de família tiveram de homisiar-se por um prazo assaz longo. Outros sofreram prisão e muitos vexames, sofrendo a lavoura todos os prejuízos naturais de tal estado de coisas.

Um fato que vou relatar mostrará a brutalidade e a selvageria dos agentes do governo do Rio de Janeiro. Comandava a mesquinha artilharia paulista no infeliz combate da Venda Grande um paulista da mais apurada nobreza - Amaral e Camargo - por nome Boaventura Soares do Amaral. Era capitão de 2ª linha e durante anos militou nas campanhas do sul contra os castelhanos.

Melhor do que ele ninguém conhecia a impossibilidade de lutar com vantagem com o governo, porém por sentimentos exagerados de gratidão ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ele acudiu ao chamado deste, aceitou o comando das peças, e marchou como o paciente ao cadafalso.

Houve debandada dos provincianos, mas o capitão Boaventura não cuidava em si, recusou abandonar seu posto e quando se viu cercado pelo inimigo quis constituir-se prisioneiro de um oficial cujo camarada d'armas fora no sul, a fim de assim obter a garantia de sua vida. Ele ofereceu sua espada ao referido oficial, e o infame, rindo-se, virou as costas deixando o paulista à mercê da tropa. Prenderam-no, e no ato propositalmente feriram-no, levando-o para a casa da antiga fazenda que era sobrado. Ali atiraram-no a uma cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio.

Infelizmente ignoro o nome do oficial que fez o asqueroso papel narrado, mas consta-me que morreu lazarento. Este capitão Boaventura Soares do Amaral era homem de caráter mui elevado e um tipo de antigo paulista.

O estabelecimento do correio em Campinas data do ano de 1822, mais ou menos. Por muito tempo foi o serviço da remessa e distribuição das cartas feito gratuitamente, sendo o primeiro encarregado o benemérito brasileiro adotivo Bento José de Abreu. Passados anos, foi remunerado, porém mal, e em todo o período de que se trata era instituição muito acanhada. No começo, o correio não seguia em direitura para São Paulo, mas reunia-se em Itu com o correio de Sorocaba e de lá pátria.

Durante o reinado das cortes em Lisboa, quando o povo ituano exigiu ao sr. D. Pedro de Bragança a sua permanência no Brasil, como seu defensor perpétuo, e instituiu a federação das vilas, esta de São Carlos esposou a causa, cujo estandarte foi hasteado por Itu, colocando-se em oposição ao grupo republicano português da capital, e nomeou para seu delegado no conselho das vilas coligadas o preclaro cidadão reverendo Dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo.

Dou aqui por encerrados os apontamentos sobre o passado e o desenvolvimento deste município, que prometi. De época posterior à elevação a cidade não é conveniente ainda tocar, por ser história por demais contemporânea. Não peço desculpa pelo desalinho e por alguma confusão na ordem cronológica que caracterizam este escrito. Não é trabalho voluntariamente feito, mas sim realizado em obediência à instância, à qual não pude furtar-me a atender. Vai sem que eu pudesse rever uma única linha, pois a pressa e as atrapalhações de minha vida profissional pelo tempo que absorvem, e o cansaço que resulta, me inutilizam para quase tudo o mais que requer atenção séria e contínua.